

XXII ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA - PARAÍBA

Autor: Ricardo Antonio Souza Mendes

Filiação Institucional: Doutorando em História pela Universidade Federal Fluminense e Professor Visitante da Universidade Veiga de Almeida.

TÍTULO DA APRESENTAÇÃO: “O GOLPE DE 64 E SUA HISTORIOGRAFIA”

TEXTO FINAL

As indagações que farei foram suscitadas pela pesquisa por mim desenvolvida ao longo de três anos e meio como doutorando do curso de pós-graduação da Universidade Federal Fluminense, intitulado *Visões das direitas no Brasil: 1961-1965*. Em tal trabalho, procuro apresentar, dentre outros aspectos, que existiam diferentes projetos de sociedade elaborados a partir de três dos principais centros articuladores do golpe por mim analisados: IPÊS/IBAD; os dois principais grupos militares influenciados pela Doutrina de Segurança Nacional que denomino por internacionalistas-autoritários e nacionalistas-ditatoriais; e, por último, a União Democrática Nacional.

Nos últimos anos, surgiram inúmeros trabalhos que retratam memórias e depoimentos de militares que, ou tiveram destaque nas articulações golpistas que desencadearam o movimento de deposição de João Goulart ou participaram diretamente da nova fase que se estabeleceu no período posterior¹. Nestes trabalhos uma “queixa” recorrente dos militares é a de que à eles teria sido relagada toda a responsabilidade pelas mazelas do “regime” estabelecido no pós-64. Reclamam que o movimento não foi feito sem apoio “popular” e que a “intervenção militar” foi fruto de um chamamento feito por toda a sociedade, incluindo aí a “classe política” e o empresariado “nacional”, diante do “perigo de comunização” do país.

Embora entenda que a máxima popular “filho feio não tem pai” caiba muito bem em torno destas “queixas”, percebo que elas tem sua relevância e devam ser consideradas para uma reavaliação desta fase da história brasileira. Isto porque a idéia de um “Regime Militar” não arraigou-se apenas no senso comum, na opinião pública em geral, mas também no seio da produção historiográfica sobre o período. Os livros didáticos, por exemplo, até hoje caracterizam os anos compreendidos entre 1964 e 1985 como o período em que os militares estavam no poder². Em boa

¹ Dentre outras obras cito: Maria Celina D’Araujo, Celso Castro (org.) . *Ernesto Geisel* - depoimento. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1997; José A. Argolo, Kátia Ribeiro, Luiz Alberto Fortunato. *A direita explosiva no Brasil*. Rio de Janeiro, Mauad, 1996; ; Maria Celina D’Araujo, Gláucio Ary Dillon Soares, Celso Castro (org.). *Visões do golpe: a memória militar sobre 1964*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1994; Maria Celina D’Araujo, Gláucio Ary Dillon Soares, Celso Castro (org.). Os anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1994, Maria Celina D’Araujo, Gláucio Ary Dillon Soares, Celso Castro (org.). *A volta aos quartéis: a memória militar sobre a abertura*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1995; COUTO, Ronaldo. *Memória viva do regime militar*. Rio de Janeiro, Record, 1999. Esta última obra, apesar de contar com depoimentos de militares, apresenta também depoimentos de lideranças civis do período.

² Dentre estes livros podemos apresentar obras como a de Cláudio Vicentino, Gianpaolo Dórico. *História do Brasil*. São Paulo, Scipione, 1997; e CAMPOS, Flávio de. *Oficina de História do Brasil*. São Paulo, Moderna, 1999. Deve-se lembrar que mesmo um autor como Bóris Fausto, que dedica boa parte de sua obra para o ensino superior, ao elaborar

parte estes estão fundamentados em todo um conjunto de obras elaboradas por pesquisadores do assunto que assinalam esta mesma perspectiva. O “regime” estabelecido em março de 64 seria considerado como “militar” por terem sido os militares os grandes responsáveis pela sua implementação. Além disto, foram militares os cinco presidentes da República que governaram neste período, o que definiria, por si só, o caráter e a essência deste “regime”.

Outro aspecto a marcar as análises elaboradas por historiadores, cientistas sociais e outros mais acerca do referido período histórico é a idéia de unanimidade e coesão do conjunto de forças articuladas em torno do “golpe” ou, como preferem alguns, da “Revolução” de 64³. O movimento, dentro desta perspectiva, teria sido resultado da coesão dos grupos nele envolvidos, que foi sendo gradativamente construída pelo ensaio de 1961 e que consolidou-se nos dias de março de 64. Esta unanimidade, por sua vez, teria sido desarticulada no início do novo “regime”, desdobramento de uma divisão em torno do tempo de permanência dos militares no poder. A exteriorização do conflito entre os seus participantes seria demarcada pelo confronto entre nacionalistas-ditatoriais (normalmente denominados linha-dura pela historiografia) e internacionalistas-autoritários (denominados em geral como moderados)⁴, duas das principais correntes existentes das direitas dentro das Forças Armadas. O que teria contribuído para este tipo de perspectiva?

Um dos principais aspectos a impressionar não somente os analistas que debruçam-se sobre o período mas também os próprios contemporâneos foi a rapidez e eficácia com que o golpe realizou-se. Observa-se uma “pasmaceira” generalizada entre os seus realizadores - militares, políticos, elite empresarial e até mesmo entre representantes diplomáticos norte-americanos⁵ - diante da falta de resistência ao golpe. Explicações para tal facilidade logo começaram a ser

uma obra destinada ao público mais jovem, ainda no ensino médio apresenta o período caracterizado como “regime militar”. Ver em: FAUSTO, Bóris. *História do Brasil*. São Paulo, Edusp/FDE, 2000, 8ª edição.

³ A denominação do movimento de 64 como sendo uma articulação revolucionária está presente principalmente entre aqueles que dele participaram ou vincularam-se aos governos estabelecidos posteriormente. Os depoimentos e memórias de militares estão repletos deste tipo de caracterização. No entanto, não se trata de uma elaboração tardia, uma vez que o termo já era utilizado, no pós-64, entre aqueles que apoiaram a deposição de João Goulart, como pode ser observado em periódicos como “O Estado de São Paulo” e a “Tribuna da Imprensa” e em discursos e pronunciamentos televisivos feitos naquele momento.

⁴ A denominação genericamente adotada, tanto nos cursos de graduação e pós-graduação quanto nas escolas de ensino médio, apresenta seus limites. Normalmente ela está vinculada a uma divergência que limita-se às Forças Armadas e refere-se a dois aspectos: o tempo de permanência no poder por parte dos militares e o grau de repressão aos grupos “comunistas”. No entanto, considero que existiam outros aspectos em que esta divergência se fazia presente. Em termos de política externa, estrutura política, mecanismos desenvolvimentistas e reforma agrária os membros da linha-dura apresentavam perspectivas diferenciadas dos moderados. Para que o peso dessas denominações, já arraigado no vínculo que possuem com o seu significado, não retornem em minhas observações, e para que fique bem claro que a perspectiva que apresento refere-se a um conjunto muito mais amplo de diferenças, optei por apresentá-los, respectivamente, como nacionalistas-ditatoriais e internacionalistas- autoritários. Deve-se observar ainda que estes dois grupos não esgotam a multiplicidade de facções das direitas em que estava dividida as Forças Armadas.

⁵ O governo norte-americano acompanhava com profundo interesse os acontecimentos daquele período, mantendo agentes da CIA no Brasil. Longe de considerá-los como responsáveis diretamente pelo golpe, tiveram o papel de incentivadores para que este se concretizasse. A interferência era tão grande que existia até mesmo uma frase sobre o assunto: “Chega de intermediários – Lincoln Gordon para presidente!”

elaboradas por vitoriosos e derrotados, sendo adotada também por boa parcela da historiografia que abordou o assunto posteriormente. Em comum, elas apresentavam uma convergência para um mesmo aspecto. A unidade e extrema organização em torno dos grupos articuladores do golpe era o elemento chave para a compreensão do sucesso, o que contrapunha-se a uma excessiva fragmentação existente entre os grupos de esquerda. Estas explicações atendiam tanto aos desejos da direita quanto às necessidades de entender o que havia se passado para as esquerdas. De um lado – as direitas –, isto contribuía para a criação da legitimidade necessária para um movimento que havia rompido os liames da constitucionalidade. Era necessário apresentar o golpe como uma resposta aos anseios da população. De outro – as esquerdas –, isto também apresentava-se conveniente para explicar o porquê do “dispositivo militar-sindical” não haver funcionado. Somente isto, aliado a uma falta de disposição por parte de Goulart em derramar sangue em uma guerra fratricida, poderia explicar, dentro desta perspectiva, o sucesso do golpe. Neste sentido, a idéia de uma liderança militar e de um “regime militar” ficam reforçados.

Uma das principais obras a traçar esta hegemonia militar é o trabalho de Skidmore⁶. Para ele, apesar de assinalar a presença de políticos e da elite empresarial, o golpe havia sido militar e os grandes vitoriosos do momento haviam os “agressivos jovens militares”. A sucessão presidencial, desde 64, pertenceu aos militares e as tentativas fracassadas de Castelo de fortalecer a UDN acabaram por levar ao poder os nacionalistas-ditatoriais. A própria delimitação final do “regime” estabelece o seu caráter militar. O seu término é demarcado pelo último governo de um general-presidente: João Baptista Figueiredo.

Apesar desta perspectiva predominante outros trabalhos surgiram na década de 1980 e apresentavam análises diferenciadas. Uma delas é a obra de René Dreifuss⁷, que centra suas análises no papel de liderança da elite empresarial. Para o autor, os militares e a classe política foram instrumentalizados para alçar ao poder a elite vinculada ao capital multinacional-associado, a grande responsável pela articulação golpista. Na verdade, o autor apresenta que a movimentação pela deposição de João Goulart foi resultado de uma complexa e meticulosa operação organizada pelo IPÊS, uma instituição criada para alojar uma elite orgânica representante do capital multinacional-associado no comando do Estado brasileiro. Esta tinha por objetivo o estabelecimento de um novo regime cuja tônica era afirmação do capitalismo monopolista no Brasil, e utilizou-se da mobilização de outras frações da classe dominante em torno de seu projeto modernizante e conservador. Neste sentido o novo regime que se estabeleceu não foi militar, mas a afirmação do capitalismo dependente no Brasil.

⁶ SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.

⁷ DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado*. Rio de Janeiro, Vozes, 1981.

Outro trabalho que difere relativamente das abordagens anteriores é o apresentado por Maria Victória Benevides. A autora apresenta a UDN como o principal agente articulador do golpe. Foi este partido o grande responsável pela propagação da idéia de que o país estava inserido dentro de uma Guerra Revolucionária. Foi também a UDN que estava no primeiro plano da ofensiva partidária contra o governo Jango e que exerceu a supremacia ao longo dos dois primeiros anos do pós-64. Apesar de considerar que o regime que se estabeleceu foi de caráter militar, este não se deu de imediato nem mesmo foi excludente quanto à outras propostas. Sua análise é a de que os militares partilharam efetivamente o controle do poder com uma fração da UDN, mais especificamente a “realista”. Afinal de contas, considera a autora, a UDN forneceu boa parte do material humano que ocupou os principais postos do “novo regime”. No entanto, isto decorreu de uma certa subordinação de caráter pragmático e ao caráter militarista de uma parcela do partido com o objetivo de ver implementados algumas de suas principais reivindicações e projetos de sociedade.

A análise do período compreendido entre 1964-1985 como sendo um “regime militar” sugere alguns questionamentos que justificam, de alguma forma, a negação da “paternidade única” sobre o período por parte dos militares. No entanto, considero equivocada excluir os militares de seu papel fundamental ao longo do período, ou mesmo colocá-los numa condição de meros instrumentos em favor de determinadas frações das elites. Um dos critérios fundamentais utilizados pelos autores acima para a determinação da essência do regime então estabelecido refere-se ao grau de penetração dos referidos grupos - militares, elite empresarial e políticos, respectivamente – nas esferas de poder. Skidmore apresenta que, principalmente ao longo dos governos Costa e Silva e Médici, a composição dos ministérios passou a ser predominantemente de militares. Estes, por sua vez, não estavam vinculados à denominada Sorbonne⁸. Já para Dreifuss, apresentando uma extensa lista para fundamentar suas afirmações, a partir de 64 o Estado passou a ser ocupado por representantes da elite orgânica do complexo multinacional-associado. No mesmo caminho apresenta-se Benevides, assinalando a proeminência da participação no poder de políticos vinculados à UDN mesmo após a sua extinção em 1965. Diante destas divergências, resta-me fazer algumas observações.

A primeira delas relaciona-se a possibilidade efetiva de se estabelecer o caráter de um regime pela identificação pura e simples dos grupos que ocupavam os principais cargos e postos de comando da máquina estatal. É óbvio que existe uma relação significativa entre origem social/ocupacional e os projetos de sociedade. O que questiono, diante das contradições apresentadas, é se esta relação é automática ou se, a partir do momento em que este indivíduo passa

a ocupar a máquina do Estado ele passa a compartilhar, ou sofrer a influência, da lógica que envolve o funcionamento desta máquina. O grau de complexidade em que se encontra o Estado contemporâneo sugere que deve ser buscado algo mais do que a simples origem social e ocupacional daqueles que preenchiam os principais postos do governo para determinar a essência deste regime.

Muito mais esclarecedor quanto a este aspecto parece-me que é a identificação dos projetos de sociedade presente nos diferentes grupos que contribuíram para a deposição do governo Jango. O mapeamento destas propostas e o seu confronto com os rumos traçados pelo país no período analisado apresenta-se como um passo significativo neste sentido. Os principais aspectos que estavam a agitar a sociedade brasileira, gerando conflitos e polarizando posições, eram o debate sobre as diferentes concepções de reforma agrária, sobre o sistema político brasileiro, política externa e sobre os caminhos para o desenvolvimentismo brasileiro. Neste sentido, é a partir das opções feitas pelo Estado brasileiro a partir de 64 que deve-se buscar a caracterização do novo regime. Inclusive observando-se se existe efetivamente uma continuidade em seu todo que possibilite a denominação de “regime” para o período 1964-1985.

Os conflitos estabelecidos logo após a efetivação do golpe apresentam a ocorrência de uma disputa pelo poder entre os três grupos abordados pelos autores acima. Militares, udenistas e membros do complexo multinacional-associado apresentaram posições diferentes que assinalam, ora a derrota de uns, ora de outros. A título de exemplo. A ampliação do papel estatal, crescente em todo o período, bem como a adoção de uma política externa de relativa autonomia estava em oposição ao projeto de udenistas e ipesianos. A existência de uma vida política, ainda que contando com grandes restrições de representatividade, contrariava significativamente os “jovens oficiais militares” citados por Skidmore. O não aprofundamento da “limpeza” dos quadros políticos brasileiros desagradava tanto parcelas da UDN quanto aos “jovens oficiais militares”. A realização de uma reforma agrária, ainda que não nos moldes propostos pelos trabalhistas ou pelos comunistas, desagradou profundamente aos udenistas. Vários são os exemplos que poderiam ser citados e que apontam para a presença de uma diversidade de projetos presentes entre os grupos acima citados.

De certa forma, os autores citados neste trabalho, indicam a existência de conflitos entre o grupo que apresentam como sendo hegemônicos no processo e aquelas facções da elite sobre as quais teria se construído a hegemonia. Isto, de certa forma, suscita a seguinte pergunta: Teria existido efetivamente uma liderança hegemônica no processo de organização do golpe? Se, por um lado, as análises ora citadas apresentam uma articulação bem estruturada em torno de uma única liderança - apesar delas divergirem quanto à quem coube esta liderança – o mesmo não pode ser

⁸ O termo refere-se à ESG – Escola Superior de Guerra – por ser nesta instituição para onde oficiais selecionados eram enviados com vistas a formar o alto escalão das Forças Armadas, onde eram oferecidos cursos que tratavam dos mais

assinalado quando observa-se os testemunhos e depoimentos dos participantes do movimento. Darei a palavra aos militares pois, em qualquer uma das três perspectivas assinaladas eles tiveram um papel significativo, ora como elemento de liderança, ora como instrumento manipulado a favor de outros grupos.

Mesmo aqueles que procuraram dar uma idéia de organização absoluta apresentam a existência de fragmentações. Leônidas Pires Gonçalves⁹ afirma que não existiram “ilhas de conspiração” mas sim movimentações espontâneas que tinham um aspecto em comum. Mesmo apontando para a obediência a um comando único, o então Tenente-Coronel Antonio Bandeira sinaliza para a efetivação de pelo menos uma divisão entre os participantes do golpe, que apresentava-se delimitada pela organização espacial (nordeste/sudeste). Deoclecio Lima de Sirqueira não indica diretamente, mas observa-se em seu depoimento que organizavam-se núcleos de conspiração completamente desvinculados entre si¹⁰. Antonio Carlos Muricy - denominado pela alcunha de “gorila” por Leonel Brizola e que foi um dos indicados à Presidência da República nas reuniões do Alto Comando do Exército para a sucessão de Costa e Silva – tenta apresentar a unidade em uma entrevista concedida logo após o golpe. Era um aspecto importante devido a “ameaça comunista” ainda rondar a sociedade brasileira e devido a necessidade de se criar legitimidade para o desenrolar dos fatos. No entanto, não deixa de assinalar que a unidade havia sido construída a duras penas e que, no momento do golpe ela chegou apenas a 70% daqueles que concordavam com a deposição de Jango em torno de uma liderança única, sendo que esta somente foi obtida nas portas de março de 64.

Já para outros a fragmentação apresentava-se extremamente clara, tal como apresenta o depoimento de Carlos de Meira Matos onde este assinala a presença de ilhas de conspiração. Geisel, General-Presidente. Aponta que existia um sentimento de descontentamento que permeava o conjunto de conspiradores mas que não observava-se uma “coordenação planejada” ou um “comando único”. Indica a ocorrência de uma “revolução com vários chefes” e a presença de alguns grupos específicos com áreas de atuação bem delimitadas.

A idéia de um golpe extremamente articulado e organizado também pode ser contestada a partir de outros depoimentos e de análises posteriores ao golpe. Carlos Lacerda, em seu livro *Depoimentos*, assinala que no dia posterior ao golpe o General Castelo Branco, o suposto líder absoluto do movimento de 64, havia lhe telefonado e avisado para que deixasse a cidade do Rio de

diversos assuntos da realidade brasileira dentro da perspectiva da Doutrina de Segurança Nacional.

⁹ Tenente-Coronel, fez parte do Estado-Maior do Exército com o General Castelo Branco e, entre 1964 e 1966 foi adido militar na Colômbia. Segundo Dreiffus, fazia parte de um sistema de informações que rodeava o General Golbery, buscando colocar o processo conspirativo sob liderança do IPES/IBAD. Dreiffus, op.cit., p. 364.

¹⁰ Em 1964 o então Coronel Deoclécio Lima chefiava o Departamento de Ensino da Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica (ECEMAR). NO governo Castelo Branco foi chefe de gabinete do ministro da Aeronáutica, Eduardo Gomes, e entre 1967 e 1970 comandou a ECEMAR. Vide Maria Celina D’Araujo, Gláucio Ary Dillon Soares, Celso Castro (org.). *Visões do golpe*, op. cit., p. 227.

Janeiro. Não existiam, segundo assinala, condições para salvaguardar a sua pessoa. Inclusive Lacerda assinala que o próprio Castelo Branco estava protegido apenas por alguns soldados com metralhadoras¹¹. Lacerda assinala ainda que desconhecia a existência de uma organização mais elaborada com o intuito de derrubar Jango do poder. A idéia de organização perfeita elaborada a partir de um núcleo organizador do golpe encontra seus problemas mesmo entre aqueles que se propõe a negá-la. Dreifuss, um dos principais defensores de um mecanismo golpista perfeitamente “azeitado”, sobre a direção do IPÊS, afirma que o golpe foi desencadeado pelo General Mourão Filho e com o aval do Governador Magalhães Pinto, dois elementos que, segundo ele, não estavam relacionados entre os grupos organizadores do golpe e nem faziam parte da estrutura do complexo multinacional-associado. No entanto, pode-se observar também esta exclusão relacionava-se não somente ao nível organizacional mas encontrava fundamentos na presença de propostas diferenciadas.

Partindo destas considerações apresento algumas observações parciais que, espero, contribuam para uma maior compreensão do período em questão. A primeira delas está relacionada com a idéia de liderança de uma fração da elite sobre as articulações golpistas. As análises ora elaboradas pela historiografia de 64 são divergentes quanto a quem coube o papel de liderança do golpe. Cada um dos autores apresentados assinala a liderança de um grupo específico que submete os demais. Esta divergência não significa apenas uma diversidade de metodologias, mas principalmente uma perspectiva parcial do momento abordado, onde o sistema político como um todo é deixado de lado e o privilégio recai ora sobre a sociedade política (Benevides com a abordagem da UDN), ora da sociedade civil (Dreifuss com a abordagem do complexo multinacional-associado IPÊS/IBAD), ora sobre arena estatal (Skidmore com sua análise sobre os militares).

Outra observação que pode ser assinalada refere-se a idéia de um movimento plenamente articulado, estruturado a partir de uma liderança única. Como assinalado anteriormente, os próprios contemporâneos de 64 apresentam o movimento como extremamente fragmentado, caracterizando-se muito mais como um descontentamento generalizado contra a continuidade de Jango no poder e a estrutura política vigente. Aliás, a noção de que eles (os golpistas) não sabiam o que queriam mas sabiam muito bem o que não queriam também é uma perspectiva equivocada, segundo entendo, uma vez que não era a inexistência de propostas que marcava o movimento mas uma concorrência acirrada entre propostas de diferentes grupos de direita que buscavam a liderança, dentro do seu extremo do espectro político, num momento decisivo para o país.

Este aspecto contribuiu ainda para que se realize uma outra observação. A de que existia uma disputa pelo poder que estava calcada em propostas que, se não completamente articuladas,

¹¹ LACERDA, Carlos. *Depoimentos*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1987, pp. 337 e seguintes.

pelo menos já esboçavam um conjunto de diferenças significativas entre os principais organizadores do golpe. Esta disputa acirrou-se principalmente a partir de 1965, com o fim do pluripartidarismo, com a consolidação das divergências entre as principais facções existentes nas Forças Armadas e o encaminhamento de uma série de medidas econômicas e políticas que iam no sentido oposto ao pretendido pelo complexo IPÊS/IBAD.

Por último, entendo que se deva levar em consideração uma perspectiva que avalie não a ocorrência de uma hegemonia por parte de um grupo específico, mas sim a noção de bloco de poder que assinala, como principal aspecto, o embate contínuo entre seus participantes e não a estabilidade que seria marcada pela noção de “regime militar”